

Carvão e Meio Ambiente

Centro de Ecologia

da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul



Editora
da Universidade

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Carvão e meio ambiente é fruto da colaboração de inúmeros grupos de trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo contado com pesquisadores de outras instituições com o objetivo de estudar os efeitos da exploração e do uso do carvão sobre o meio ambiente, na Região Carbonífera do baixo Jacuí, no Rio Grande do Sul.

A Região, nos seus aspectos ambientais e sociais, é tratada de modo global na primeira parte do livro, que relata sobre a geologia, o clima, os solos, a vegetação e as características demográficas, econômicas e jurídico-políticas.

A partir da descrição geral busca-se uma síntese dos aspectos ambientais e socioeconômicos, visando analisar a sustentabilidade econômica e ambiental da exploração e do uso do carvão.

Estudos sobre as conseqüências da queima do carvão, na atmosfera local, no solo e na água, são abordados nos tópicos ligados ao meio físico. Especial atenção

está voltada para a recuperação de áreas mineradas e com sugestões para os tomadores de decisão quanto ao monitoramento e ao gerenciamento ambiental.

Animais e plantas foram alvo de estudos específicos com objetivo de identificar indicadores dos impactos de atividades carboníferas sobre os organismos vivos, bem como os aspectos relacionados à saúde pública.

A organização social da região e seu engajamento na melhoria do ambiente ocorreram através de estudos sobre as ações de educação ambiental promovidas por escolas e associações comunitárias.

Quer pela caracterização geral da região, quer pelos estudos específicos, *Carvão e meio ambiente* trata de forma aprofundada e original os mais diversos tópicos associados à problemática da exploração e do uso do carvão e suas conseqüências sobre o meio físico, os organismos vivos e a sociedade.

Carvão e Meio Ambiente

Centro de Ecologia

da Universidade Federal
do Rio Grande do Sul



Editora
da Universidade

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESERVA TÉCNICA
Editora da UFRGS

© dos autores
1ª edição: 2000

Direitos reservados desta edição
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Paulo Antonio da Silveira
Foto da capa: Geraldo Mario Rohde
Editoração eletrônica: William Wazlawik
Toni Peterson Lazaro
Fernando Piccinini Schmitt

C397c Centro de Ecologia/UFRGS
Carvão e meio ambiente/ Centro de Ecologia/UFRGS. – Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

1. Carvão – Meio ambiente. I. Título.

CDU 622.33:634.0.11

Catálogo na publicação: Mônica Ballejo Canto – CRB 10/1023

ISBN 85-7025-563-2

CARV
C 332

Carvão e Meio Ambiente

RESERVA TÉCNICA
Editora da UFRGS



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL**

Reitora

Wrana Maria Panizzi

Vice-Reitor

Nilton Rodrigues Paim

Pró-Reitor de Extensão

Luiz Fernando Coelho de Souza

EDITORA DA UNIVERSIDADE

Diretor

Geraldo F. Huff

CONSELHO EDITORIAL

Anna Carolina K. P. Regner

Christa Berger

Eloir Paulo Schenkel

Georgina Bond-Buckup

José Antonio Costa

Livio Amaral

Luiza Helena Malta Moll

Maria da Graça Krieger

Maria Heloisa Lenz

Paulo G. Fagundes Vizontini

Geraldo F. Huff, presidente



Editora da Universidade/UFRGS • Av. João Pessoa, 415 - 90040-000 - Porto Alegre, RS - Fone/fax (51) 224-8821, 316-4082 e 316-4090 - E-mail: editora@orion.ufrgs.br - <http://www.ufrgs.br/editora> • **Direção:** Geraldo Francisco Huff • **Editoração:** Paulo Antonio da Silveira (coordenador), Carla M. Luzzatto, Cláudia Bittencourt, Maria da Glória Almeida dos Santos, Najára Machado • **Administração:** Julio Cesar de Souza Dias (coordenador), José Pereira Brito Filho, Laerte Balbinot Dias, Norival Hermeto Nunes Saucedo • **Apoio:** Idalina Louzada, Laércio Fontoura.

ESTUDO SOCIOECONÔMICO SOBRE A COMUNIDADE PESQUEIRA NA REGIÃO CARBONÍFERA

Alexandre Guimarães Só de Castro
Cornélia Eckert

INTRODUÇÃO

Em 1961, o Dr. Carlos Alfredo Simch escreveu uma monografia para homenagear o primeiro centenário da instalação da 1ª Câmara Municipal do município de São Jerônimo. Trata-se de uma obra que busca avaliar a região carbonífera nos diferentes campos da realidade social: história, economia, geografia, demografia, botânica, zoologia, entre outros. Nesta monografia, o autor avalia a região como próspera graças à economia da extração do carvão, além da presença de um comércio em ascensão. Mas Simch fala igualmente de uma diversidade de produção, de uma importante população rural e da qualidade ambiental avaliada pelos rios ainda limpos, pesca abundante e belas paisagens naturais. Pela proximidade do rio denominado Jacuí, a pesca desde os primórdios da ocupação açoriana, século XVIII, tornou-se uma prática de produção importante, caracterizando as atividades cotidianas da população que ali habitava.

Toda esta conjuntura e quando assim descritos parecem idílicos, quando contrastados com a situação que encontramos hoje e que investigamos e avaliamos a partir de uma pesquisa desenvolvida no local, junto as comunidades pesqueiras da região, entre 1993 e 1994. Atualmente é difícil acreditar que a região carbonífera do baixo-Jacuí é aquela descrita por Simch. Prosperidade, diversidade de produção, permanência da população na área rural, rios limpos, pesca abundante, diversos centros comunitários, belas paisagens e comércio em ascensão. Mesmo neste cenário, a presença dos pescadores já era descrita. A pesca no Jacuí, tradição açoriana estabelecida na região, era vista como uma atividade integrante do cotidiano das populações que ali habitavam. Hoje a paisagem desfigurante dos ambientes naturais das margens do rio Jacuí faz com que a presença de pescadores seja um fato a ser notado para quem não vive no local.

O presente trabalho teve por objetivos descrever as observações realizadas em campo, a partir do convívio com a comunidade de pescadores que vivem na região do baixo-Jacuí: Charqueadas, São Jerônimo e General Câmara.

MATERIAIS E MÉTODOS

Buscar conhecer um pouco quem são as pessoas, os atores sociais, suas condições de vida, seus problemas, dificuldades, críticas e aspirações deve-se ao nosso envolvimento que define nossa área de formação, a Ciência Ambiental. A metodologia de pesquisa deve concatenar muitas variáveis e não limitar a complexidade do problema a um único elemento, conforme DÖRNER (1995). Uma avaliação ambiental com a abordagem da Ciência Ambiental, segundo TAUKE (1991), requer a utilização de conceitos multi e interdisciplinares, tendo como base o cenário pretendido, mediante o conhecimento temático e gradativo da realidade.

Neste projeto partimos do pressuposto de que a busca do conhecimento da realidade vivida pela comunidade pesqueira na região carbonífera do baixo-Jacuí era fundamental para elucidar sua cultura, sua experiência profissional e suas práticas transmitidas de geração em geração. Com esse propósito desenvolvemos uma pesquisa de campo que podemos definir por uma “pesquisa participante” a partir de um convívio com a comunidade alvo, observando os aspectos de viver, seu saber em torno da prática da pesca, a complexidade desta atividade, a organização familiar em função desta atividade econômica, sua inserção na sociedade mais ampla, no mercado, nos setores políticos, bem como pesquisando seus problemas em função da inexistência de interesse político em escala municipal (prefeituras) e federal (IBAMA) por sua condição de vida.

O contato com a comunidade de pescadores limitou-se aos municípios de Charqueadas, São Jerônimo e General Câmara. Por estarem envolvidos em contextos sócio-político-ambientais distintos, os pescadores percebem a realidade de maneira distinta. Adaptaram-se de maneira diferenciada diante destes cenários, mas possuem problemas e necessidades bastantes comuns. Os locais de pesquisa foram em Charqueadas, no centro e na Vila Santo Antônio; em São Jerônimo no porto das barcas, na Vila Cinza e na Vila do Conde e em General Câmara, em Santo Amaro.

Em junho de 1993, iniciando-se os trabalhos de campo, buscando a interação com a população local. Dos contatos com os pescadores da região surgiu a necessidade de formar um grupo de colaboradores, para que auxiliassem na etapa de campo do projeto de avaliação ambiental “Avaliação do método de bioindicação de metais-pesados através de parâmetros enzimáticos”, o que direcionou a estruturação de uma pesquisa participativa. Era necessário compreender o conhecimento e a cultura desta comunidade.

Ao chegar pela primeira vez na Vila Santo Antônio, fomos até um bar qualquer, nos apresentamos como estudantes da UFRGS e perguntamos se existia algum pescador no local. Nos indicaram para conversar com “Seu Mansueto”. Antigo mora-

dor do local “Seu Mansueto”, foi pescador durante muitos anos e colaborou na identificação e aproximação junto aos de mais pescadores.

Ao fim dos contatos com os pescadores locais, existia um pescador colaborador junto às coletas. Estes pescadores foram escolhidos em virtude do seu interesse em participar das atividades e pela experiência em relação a região. O dia de coleta sempre era marcado com antecedência para que os pescadores aguardassem. As coletas eram pagas, mas apesar da pobreza destas famílias, este não era o fator principal para a participação nas atividades. Existia uma necessidade desses nativos de serem ouvidos, uma vontade de serem aceitos socialmente. Era difícil, para esta comunidade compreender como tanto esforço e dedicação a atividade pesqueira fosse esquecida pela sociedade e pelos administradores públicos. Percebiam na presença da Universidade, uma possibilidade de saírem do anonimato e da marginalidade. O dinheiro era pouco, perto da satisfação de sentirem-se úteis e indispensáveis por dominarem aquilo que sempre praticaram: o saber sobre a pesca.

Os contatos foram realizados semanalmente (com algumas exceções) durante um ano. Foram em torno de quarenta encontros, onde formou-se naturalmente um processo de observação participante, que mais tarde seria utilizado como técnica fundamental para tentar estruturar um método de “pesquisa participante” (Brandão, 1983).

Para que aprofundássemos nosso conhecimento sobre o modo de vida e de trabalho do grupo, foi montado um questionário com questões fechadas e abertas para que fossem analisadas por seu conteúdo. Para a elaboração do trabalho foram utilizadas as informações de forma global.

Esta técnica de pesquisa, GIL (1987), foi elaborada no intuito de avaliar os órgãos públicos, os órgãos licenciadores e fiscalizadores da pesca e a comunidade, segundo concepções e relações da própria comunidade. Além disto, objetivava-se inventariar e avaliar as perspectivas e dificuldades da comunidade. O critério para delimitação do público alvo foi realizar os contatos apenas com pescadores que vivessem exclusivamente da pesca, independentemente de estarem legalizados ou não.

O número de questionários por área foi definido pela rede de pertencimento. Os próprios pescadores, que indicavam os próximos pescadores que viviam exclusivamente da pesca no local. O trabalho tinha seqüência por indicação do pescador entrevistado, que apontava o próximo colega que devíamos procurar.

Durante a aplicação dos questionários, naturalmente surgiram situações de entrevistas, que, segundo SELLTIZ, (1967), “possibilita a obtenção de informações acerca do que sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”.

Foram realizados ainda, vários contatos com a Secretaria de Indústria e Comércio de Charqueadas, bem como com as entidades representativas dos pescadores em cada local e com o Departamento de Pesca do IBAMA, em Porto Alegre. O levantamento bibliográfico realizado para a obtenção de dados pré-existentes sobre a comunidade de pescadores na região, demonstrou a negligência das autoridades sobre este grupo profissional.

RESULTADOS

Como se organizam os pescadores do Baixo-Jacuí

Com a extinção da SUDEPE, o IBAMA assume todos os compromissos legais e administrativos em relação a pesca no Estado. Atualmente, os pescadores do Sistema Jacuí/Guaíba possuem basicamente quatro setores onde se organizam:

- na Vila de Itapuã a Colônia de Pescadores de Itapuã.
- na Ilha da Pintada, a Associação dos Pescadores da Ilha da Pintada (Z-5).
- em São Jerônimo, o Sindicato dos Pescadores de São Jerônimo.

É em São Jerônimo onde estão cadastrados a maioria dos pescadores da região de estudo, cerca de 600 profissionais (General Câmara, Triunfo, Charqueadas, São Jerônimo e Taquari). Em Santo Amaro, existe um Departamento de Pesca, junto a Associação dos Veranistas de Santo Amaro (AVASA), que tenta atuar de forma independente das outras quatro entidades. Mesmo com esta divisão, muitos pescadores preferem procurar diretamente o IBAMA em Porto Alegre, por não acreditarem nas Associações e Sindicatos.

O IBAMA em parceria com a Receita Federal, realiza desde 1993 o recadastramento dos pescadores. Dos 90 mil “profissionais” (água doce e mar) em todo o Estado, 40 mil já haviam sido descadastrados até outubro de 1994. O final do recadastramento está previsto para meados de 1997. Espera-se que apenas 10 mil profissionais sejam incluídos nesta categoria. O pescador é um profissional que trabalha em diferentes locais, com características ambientais próprias e conseqüentemente utiliza materiais diferentes em cada local, pesca diferentes espécies em diferentes períodos.

Nos grupos observados, por “competirem” pelo mesmo recurso, o peixe, os pescadores costumam ser bastante individualistas. Percebe-se isto na estratégia de trabalho e para transferir ou repassar informações. Muitas vezes até os locais onde as iscas (sanguessugas ou “chami-chungas” e caramujos) estão mais abundantes não são compartilhados com o receio da escassez. Os locais onde “o peixe” (maneira como se referem ao trabalho, a pesca) “está bom” (refere-se a quantidade pescada e não as espécies e nem a qualidade do pescado) não são divulgados.

Os pescadores com melhores condições de trabalho, pescam em duplas, em “caícos” movidos a gás o que não é permitido legalmente. Normalmente saem para pescar por alguns dias, dependendo do resultado da pesca permanecem no local. Esses pescadores possuem lonas ou barracas para acamparem no mato com algum equipamento como lampiões e fogareiros. Carregam também caixas de isopor com gelo para conservar o pescado. Normalmente pescam com redes quando o acampamento é por alguns dias.

A caça durante esses acampamentos é uma realidade. Capivaras, ratões do banhado, tatus e lontras são as caças mais comuns. Os pescadores com condições piores de trabalho, pescam próximos a suas casas e com “espinhel” (uma linha com vários anzóis em sua extensão, com um peso e uma bóia em suas extremidades). O horário para essa atividade é pela manhã, “repassando o espinhel” (revisar para ver se os peixes foram fisgados ou se as iscas estão presas) duas ou três vezes ao longo do dia. A embar-

cação desses pescadores é a remo, o que dificulta o deslocamento até áreas mais distantes e que possam ser mais produtivas.

A participação dos filhos, quando ocorre, depende da idade. Normalmente só os filhos homens e menores é que participam. Iniciam limpando os peixes, mas desde muito cedo já identificam os tipos (espécies) dos peixes e o seu valor comercial. Depois, passam a auxiliar no remo e no repasse do espinhel. Por fim formam as suas próprias “duplas de pesca”.

O pescado serve tanto para o sustento das famílias, principalmente aquelas com piores condições de trabalho, quanto para a venda. É neste momento que a participação das mulheres torna-se presente, que enquadrando-se nas atividades que possam ser realizadas em casa. As mulheres, com raras exceções, não pescam, mas limpam e conservam os peixes participando de maneira direta e decisiva na venda.

O pescado é vendido para a comunidade local, tanto na própria casa do pescador, quanto de maneira ambulante. No caso da venda ambulante, o pescado é vendido a um preço mais baixo ao “maré” (comerciante que compra o peixe e revende) que passa na casa do pescador e negocia a compra. A presença do “maré” é mais valorizada, em áreas onde o pescado não é tão abundante. O “maré” é visto de maneira positiva pelos pescadores.

Em áreas onde a produção pesqueira é mais intensa e constante, os comerciantes (donos de peixaria, restaurantes, bares e hotéis, bem como particulares) procuram diretamente os pescadores em suas casas. O negócio é feito na rua. O pescado é pesado e avaliado pelo tamanho e espécie. Nesses locais, o pescado é encomendado por compradores fixos, que no momento da compra já acertam o próximo dia de buscar o pescado. Desta forma, os pescadores organizam a sua próxima pescaria, dependendo da quantidade e das espécies de peixe que foram encomendados. Os pescadores escolhem os locais e o tempo de permanência que ficarão acampados.

Charqueadas

Em Charqueadas, os pescadores estão concentrados basicamente na Vila Santo Antônio e no centro, próximo ao arroio do Leão. Na Vila Santo Antônio, nome dado à capela da Vila, a proximidade com as indústrias e a termoeletrica é visível. Os rejeitos de carvão e o óleo advindo das indústrias que se prendem nos “caicos” podem ser vistos nas margens do rio Jacuí. A fumaça constante, os efluentes com temperaturas mais elevadas que a do rio dificultam o dia-a-dia dos pescadores.

No centro os pescadores estão em uma área bastante alagadiça e procuram elevar as casas em palafitas em função das constantes enchentes. Algumas galinhas e porcos são vistos nos arredores das moradias, mas o plantio não é tão característico quanto na Vila Santo Antônio. Os barcos são amarrados com correntes próximos as casas, dentro do rio Jacuí. Não existe um horário definido para encontrarmos os pescadores no rio, esse esforço é determinado pelas condições do rio e do resultado da pesca dos últimos dias, definindo “a condição do peixe”. Não existe nenhuma peixaria no local onde os pescadores moram.

Segundo o Sindicato de Pescadores do Vale do Rio Taquari, em São Jerôni-

mo, existem em Charqueadas cerca de 65 pescadores cadastrados. No total entre cadastrados e não-cadastrados, estima-se em torno de cem, segundo informação do próprio Sindicato e dos pescadores entrevistados. Foram contatados nove pescadores. Esse número de questionários foi determinado pelos próprios pescadores que informavam quais eram os pescadores que viviam exclusivamente da pesca. Segundo os pescadores vivem, em média, seis pescadores “profissionais” em Charqueadas, número confirmado pelas entrevistas.

A idade média dos pescadores entrevistados é de 50 anos, variando entre 22 e 66 anos. O tempo médio de residência no local é de 33 anos e o tempo de moradia fora de Charqueadas, na sua maioria limita-se a cidades próximas ao rio Jacuí. O número de dependentes por pescador é, em média, quatro pessoas. O tempo de pesca desse grupo gira em torno de 22 anos. Todos os pescadores já exerceram outras atividades, principalmente na mineração, agricultura ou alguma atividade ligada ao rio, que variam desde a própria pesca até conserto de embarcações, serviços em estaleiros de pequeno porte e trabalhos embarcados. Através dos questionários, foi possível verificar que a maioria vive realmente da pesca. Mas desses, muitos possuem outra fonte de renda, são aposentados da mineração (recebem em torno de um salário mínimo), sendo que dois saíram da mineração em virtude de acidente no trabalho.

Esses pescadores atualmente além de pescar, plantam, por exemplo, alface, couve, chuchu, cenoura beterraba, mandioca no fundo do quintal. Esses produtos são utilizados para consumo ou para vender em pequena escala. O corte ou “limpeza” do “mato”, realizado em grandes propriedades rurais, com autorização dos proprietários, é utilizado para consumo do fogão a lenha e para vender. A caça, principalmente de capivara (*Hydrocaeris hydrocaeris*) e ratão-do-banhado (*Myocastor coipus*), também é uma situação presente na vida deste grupo.

“Viver da pesca, é o sonho da minha vida”, diz “Totó”, 55 anos, um dos pescadores mais conhecidos da região. O pai era pescador. Há muitos anos tenta conseguir a carteira de pesca profissional, mas sem sucesso. Mora em uma ilha em frente a vila do centro, local onde desemboca o arroio Leão.

O trabalho árduo, o descaso do poder público municipal, o retorno financeiro baixo e a total falta de perspectivas positivas são fatores motivadores para que a pesca não seja um projeto de vida para as famílias. Os pescadores percebem a condição do ambiente natural e confirmaram que a pesca está piorando, ou seja, existe menos quantidade e menos espécies de peixe.

“Há 30 anos atrás, enchia uma sacola de peixe, pescando de linha, hoje em dia não pega nada. O pessoal não compra o peixe por causa da poluição. Preferem compra o peixe do ‘arroio’, ou do outro lado do Rio”, comenta “Nego Rosa”, pescador há 40 anos. Esse pescador, ex-mineiro, mora às margens do rio Jacuí. Reconhecido e respeitado pelo grupo, Nego Rosa como é conhecido por todos, pesca sozinho e apesar de possuir certa influência sobre o grupo, pouco acredita em alguma mudança positiva que os pescadores possam vir a ter. Pescador que acompanhou a transformação ambiental da região e possui uma postura bastante crítica em relação as indústrias da região.

Apenas um pescador inferiu a “falta do peixe” ao fato da construção da barragem de Santo Amaro, afirmando que a barragem segura os peixes naquele lo-

cal, os outros relacionam com a “poluição”. Os pescadores dividem-se quando relacionam a escassez do peixe com a poluição da Aços Finos Piratini. Mesmo assim, esses pescadores afirmam que, a indústria larga um “pinche” no rio Jacuí que gruda no espinhel, nos remos e nos caícos. Geralmente isto ocorre à noite, durante os finais de semana. Os pescadores confirmam a responsabilidade da indústria carbonífera à falta de peixe no rio Jacuí, referindo-se aos rejeitos de carvão depositados nas margens do rio e as cinzas que se depositam na superfície d’água. Apenas um pescador acredita que é o “veneno” (pesticidas ou herbicidas) que pode “matá tudo” (ferindo-se aos peixes). Nas grandes plantações, estes químicos são aplicados de avião sobre as granjas de arroz localizadas até às margens do rio ou até mesmo em ilhas fluviais.

Dificuldades identificadas

Os pescadores de Charqueadas não possuem organização própria, dependendo de outras instituições como o Sindicato de São Jerônimo ou a Colônia Z-5, para que intermediem a obtenção das “carteiras” do IBAMA. Dos nove pescadores entrevistados, somente dois possuem a Licença de Pesca do IBAMA.

Mesmo assim, todos os pescadores concordam com a necessidade de algum tipo de organização, seja para auxiliar na legalização dos pescadores, para auxiliar na venda do pescado, seja para auxiliar na compra de material, ou ainda para fortalecer as reivindicações dos pescadores junto ao Poder Público municipal. Em função disto, os pescadores solicitaram que os auxiliassem a estruturar um estatuto, de uma futura associação que estava sendo organizada.

Os pescadores de Charqueadas são um grupo bastante pequeno e reconhecem a pouca força que possuem para obter alguma conquista junto à prefeitura. Essa situação, somados com a crescente escassez do recurso natural que sustenta a comunidade, compõem as maiores dificuldades que enfrentam os pescadores, por eles assim definidas. Ainda o roubo de material, a poluição, o custo e a falta de material adequado são fatores determinantes para o fim dessa atividade tradicional na região acreditam os pescadores.

São Jerônimo

Em São Jerônimo, os pescadores concentram-se no centro, especificamente, ao lado das barcas. Os “caícos” podem ser avistados a qualquer hora do dia e a presença de pescadores é constante. Suas casas estão em uma área alagadiça e as palafitas são muito comuns. O Sindicato fica localizado no centro, junto à vila dos pescadores. Existem árvores na beira do rio e é nesses locais que os pescadores amarram os seus caícos à noite. Não foram observados, com constância, pequenas hortas e plantios.

Foram realizadas nove entrevistas. O critério para a escolha dos pescadores a serem entrevistados, seguiu a mesma dinâmica que Charqueadas. Segundo a opinião dos entrevistados, cerca de 25 pescadores vivem exclusivamente da pesca. A idade média dos pescadores é de 37 anos. Ainda encontramos a passagem do ofício da pesca entre às gerações na família.

A Vila do Conde, em São Jerônimo, segundo Simch, 1961, na década de 40, conhecida como *Porto do Conde*, era um local extremamente importante, pois era desta zona portuária que escoava a produção de carvão, via fluvial, oriundo de “Butiá”, “Jacuí” e “Leão” para ser queimado em São Jerônimo e Charqueadas. Nesta época, até o final da década de 50, o Porto do Conde possuía uma população de 1.850 habitantes, com duas sociedades recreativas, “Pôrto do Conde” e “Monte Castelo” uma equipe de futebol o “Conde Futebol Clube” e uma associação de classe, a “União dos Ferroviários Gaúchos”. Nesta época, existiam cinco lojas, padaria, açougue, três cafés barbearias, bares e “tendinhas”. Além do mais, o Porto do Conde possuía um teleférico, que transportava o carvão, por via aérea, até General Câmara.

A Vila do Conde, como é conhecida, atualmente com uma população de 600 habitantes é formada, na sua maioria, por aposentados da RFFSA ou da mineração. No final da década de 50, a Vila do Conde começa a estagnar em virtude da suspensão da ferrovia e do declínio na extração de carvão. Hoje, o acesso ao Conde é feito por uma estrada de terra em péssimas condições, afastada completamente do centro de São Jerônimo, a população da Vila, está abandonada pelo Poder Público municipal.

“Antigamente dava pra viver do peixe, piava, dorado, agora não pega mais nada”, observa Mário, mais conhecido pelo cognome “amigo-da-onça”, pescador a mais de 30 anos que mora às margens do arroio do Conde, que colaborou com as coletas dos caramujos. Atualmente consegue sobreviver com uma pequena horta e do transporte de eventuais turistas que queiram atravessar o arroio. Normalmente esses “turistas” são oriundos da região da serra e procuram locais para caçar.

O tempo médio de residência dos pescadores no Conde é de 37 anos. E seus maiores problemas são o roubo de material, a falta de peixe e a desunião. Como não é possível viver só da pesca, alguns pescadores acabam tendo que cortar o “mato” nativo para vender.

Associam a falta de peixe com as “dragas” (extração de areia), à poluição das granjas e ao carvão.

“Não tem mais peixe por causa das draga”, como observa Joel Loureiro, 31 anos, que foi pescador durante 8 anos e atualmente trabalha como zelador da escola da Vila.

Na Vila Cinza, localizada ao lado da Termoeétrica de São Jerônimo, é possível encontrarmos pescadores, mas as condições de vida e as dificuldades de pesca são maiores o que faz com que estes pescadores, normalmente pesquem menos tempo e em locais mais distantes.

“Onde tem poluição o peixe não vai, falta conhecimento pra autoridade”, comenta “Seu Noldo”, 46 anos, 19 anos de pesca. Mora na Vila Cinza, próximo a Termoeétrica de São Jerônimo. Trabalhou durante 15 anos como fiscal de pesca na antiga SUDEPE.

Todos os pescadores entrevistados possuíam a carteira profissional de pesca, fornecida pelo IBAMA. Os pescadores se organizam via Sindicato ou através da Colônia Z-5, na ilha da Pintada. O que não impede ao pescador Sérgio avaliar negativamente a atuação sindical.

“O sindicato não trabalha como deveria, não é participativo. A pesca tá piorando por causa da poluição”. Sérgio, pescador há 23 anos, auxiliou nas coletas dos

caramujos, ao final das incursões a campo, havia conseguido um emprego fora da cidade e abandonou a pesca.

Todos os pescadores comercializam o pescado na cidade por intermédio de um “maré”, com exceção do vice-presidente do Sindicato, que é proprietário de uma peixaria. O tempo de residência da comunidade fica em torno de 29 anos.

Quase a totalidade dos entrevistados afirmam que a pesca está piorando, em virtude da poluição e da construção da “barragem” em Santo Amaro.

“O peixe diminuiu 100%, antigamente tinha piava e dorado, os filho querem pesca, mas eu não vou deixar”. Zé Carlos, pescador há 35 anos.

A poluição é relacionada às indústrias, ao carvão e ao “veneno” das granjas . Segundo os pescadores a barragem “segura” os peixes e por isso o peixe não desce. A maioria pesca com rede e espinhel. Todos acham importante algum tipo de organização, mas afirmam que o sindicato não tem força política. Os entrevistados acreditam que a indústria carbonífera só pode piorar a situação do pescador, por causa da poluição.

“Daqui uns anos, não vai existir mais pescador profissional”. É o que pensa Carlos Alberto, 25 anos, pescador há 10.

Na visão de José da Costa, vice-presidente do Sindicato, “A pesca tá melhorando por causa da fiscalização”.

Afirmam que a Brigada Militar, através do Batalhão Florestal, não possui conhecimento nenhum sobre pesca, bem como o IBAMA. Os pescadores denunciam o tratamento diferenciado que a Brigada faz entre a fiscalização de pessoas conhecidas ou não. As opiniões sobre o incentivo do Poder Público municipal aos pescadores é bastante dividida, mas os pescadores acreditam que a fiscalização é importante.

Dificuldades identificadas

Os maiores problemas que enfrentam os pescadores é a falta de união da categoria, a “falta de peixe”, o roubo de material, a poluição e a falta de apoio na época da piracema, período onde a pesca é proibida.

“A prefeitura larga o esgoto na frente da praia dos pescadores”, observa Nilo, presidente do Sindicato.

Uma melhor estrutura para a venda do pescado poderia trazer benefícios importantes para essa comunidade, tendo em vista que as poucas peixarias do local, acabam estabelecendo o valor a pagar pelo quilo do peixe.

Santo Amaro

Santo Amaro é uma área onde os riscos potenciais de poluição são menores em comparação a Charqueadas e São Jerônimo, por em sua história de ocupação e uso do solo nunca ter sofrido influência, direta ou indireta, da indústria carbonífera e metalúrgica. Além do mais, Santo Amaro está praticamente isolada em torno de 40 km a cima do Jacuí, até as proximidades de Rio Pardo. Santo Amaro atualmente faz parte do 2º distrito de General Câmara, mas durante o século XVIII , um dos 5 primeiros municípios do Estado, era conhecido com Amarópolis. Santo Amaro ainda possui as construções do

século XVIII e tem cerca de 400 habitantes cuja principal atividade econômica é a pesca. Todo o pescado disponível é comercializado.

“Aqui em Santo Amaro, tudo que se pesca se vende”, afirma Hélio Meireles, 28 anos, nascido em Santo Amaro.

Os compradores são comerciantes vindos de Lajeado, Santa Cruz do Sul, Rio Pardo, Cruzeiro do Sul e outros municípios.

O pescado é basicamente jundiá, piava, traíra, cascudo, dourado, pintado e grumatã. Em torno da pesca, os moradores de Santo Amaro obtêm o seu sustento na construção, conserto e comércio de pequenas embarcações.

Para Delmar Ramos, 43 anos, 18 de pesca, “em Santo Amaro, pesca é o único meio”.

Todos os pescadores possuem a Licença de Pesca, embarcação com motor, redes e espinhel. Os turistas, atraídos pela natureza, pelas construções históricas e pela hospitalidade da comunidade de pescadores, também proporcionam algumas atividades ao setor comercial.

Muitos são os eventos que ocorrem ao longo do ano em virtude da pesca como a Festa de Santo Amaro, o Dia do Pescador e a Festa dos Navegantes. Existe na região uma crescente procura de turistas que buscam as festividades, a pesca e o lazer. Os casarões do início do século e as construções em estilo colonial, fizeram com que Santo Amaro fosse considerado um valioso patrimônio histórico-cultural cujo processo de tombamento está em tramitação.

Em Santo Amaro são 34 pescadores profissionais, mas segundo os pescadores existem muitos “amadores” na região. Entre os dias 8/6 e 17/8 de 1994, foram realizadas cinco entrevistas com os pescadores. Também foi realizado contato com o presidente da Associação dos Veranistas de Santo Amaro (AVASA), onde está incorporado um Departamento de Pesca. Criado em 1992, o Departamento de Pesca atuou de forma bastante intensa junto aos pescadores. Atualmente, 90% dos pescadores não fazem parte do Departamento, não possuindo uma organização eficiente. Procuram a Colônia Z-5 para o encaminhamento e atualização das Licenças de Pesca.

Em Santo Amaro, a vida gira em torno da atividade pesqueira.

“A pesca é alma do lugar, não tem outra atividade, mas quero os filhos bem longe do rio, é muito sofrimento”. É o que pensa Luis Carlos, 37 anos, é profissional há doze anos e o filho com seis anos que já ajuda a limpar o pescado e identifica com exatidão o tipo (espécie) de peixe pescado suas qualidades culinárias e valor comercial.

Com fortes aspectos de prática tradicional, incluindo de forma mais direta os demais membros da família. As esposas dos pescadores, quando não são pescadoras profissionais, auxiliam no conserto das redes bem como na preparação do material de pesca, assim como os filhos pequenos. Todos os pescadores entrevistados nasceram em Santo Amaro. A tradição da pesca é transmitida entre as gerações. Como exemplo temos a família dos Meireles que está na quarta geração de pescadores em Santo Amaro.

Dificuldades identificadas

Em 1972, foi iniciada a construção da Barragem de Santo Amaro, no rio Jacuí.

Durante dois anos, muitos pescadores trabalharam na sua construção. Concluídas as obras da barragem, os pescadores afirmam que a pesca foi prejudicada por mais ou menos dois anos. Atualmente os poucos pescadores que acreditam que a pesca está piorando, atribuem a este fato o uso de redes “miudeirinhas” (malha 7, permitida pelo IBAMA). Os problemas mencionados pelos pescadores são a falta de união, o roubo de material e a falta de assistência durante o período de proibição da pesca (piracema).

DISCUSSÃO E RECOMENDAÇÕES FINAIS

Os pescadores são unânimes em avaliar que a “prefeitura” nunca procurou auxiliar a comunidade e o Batalhão Florestal, órgão da Brigada Militar que efetua a fiscalização da área, não orienta os pescadores de maneira adequada, é simplesmente um componente repressor e parcial. Interessante também o questionamento e dúvida destes pescadores em relação a imparcialidade do órgão público referente a postura poluidora da indústria regional.

Os pescadores não acreditam na atuação do IBAMA, e criticam os métodos adotados pelos órgãos licenciadores. Acreditam que o IBAMA prejudica o andamento das atividades da pesca e não cumpre de maneira efetiva os seus objetivos. Encaram o órgão licenciador como fornecedor de carteirinhas e mesmo assim, ineficiente. Em alguns locais, os pescadores possuem verdadeira repulsa ao IBAMA. Ao mesmo tempo reclamam dos muitos pescadores oportunistas, que não possuem a licença de pesca e que pescam com redes de malhas não permitidas pela legislação e nos períodos de piracema. Mesmo assim parece existir um “código de silêncio”, pois os pescadores sabem exatamente quem são estes oportunistas. Muitas vezes roubam o material de pesca dos seus colegas, mas são incapazes de denunciá-los.

A falta de credibilidade no IBAMA, e principalmente no Batalhão Florestal, estimula tal situação. Estes órgãos deveriam ser a estrutura de apoio para as denúncias que os pescadores por ventura viessem fazer. Ao invés disto são vistos como repressores e desqualificados tecnicamente, e não uma estrutura orientadora e fiscalizadora.

Em virtude da constatação da situação degradante em que se encontram os pescadores do baixo-Jacuí, principalmente os de Charqueadas é necessário que sejam implantadas atividades que busquem reverter tal processo.

Durante o período de permanência na Região, foi sugerido e desenvolvido um esqueleto do “Programa de Integração dos Pescadores do Baixo-Jacuí”. O PIPB-J serviria como uma estratégia para as lideranças políticas e empresariais familiarizarem-se com um processo de desenvolvimento que agregue valores ambientais, propiciando as comunidades tradicionais a oportunidade de se reestabelecer.

O Programa teria como um dos seus objetivos devolver aos pescadores a melhoria da qualidade de vida da comunidade, valorizando a profissão no âmbito social. Para tal, proporcionar condições de trabalho adequadas e incentivar a participação da comunidade nos processos sociais. Caberia aos poderes públicos municipais, as indústrias potencialmente poluidoras (MACEDO, 1991) e a própria comunidade o entendi-

mento e a determinação de deveres e obrigações de cada parte integrante do Programa.

Este Programa teria como finalidade:

- propor um fórum de debates para a apresentação, discussão e possíveis alterações do Programa, com a presença das partes envolvidas
- propor ao setor industrial a formulação do Código de Ética Ambiental das Indústrias do baixo-Jacuí;
- propor aos pescadores a formulação do Código de Ética Ambiental dos Pescadores do baixo-Jacuí;
- propor à Universidade a organização de palestras a fim de orientar, esclarecer e informar aos participantes sobre temas de interesse comum, com o objetivo de aproximar as partes envolvidas no Programa e fortalecer a implantação efetiva do mesmo.

As propostas incorporadas no Programa, devem ser adequadas as condições e necessidades de cada grupo de pescadores. Para Charqueadas sugere-se que faça parte das atividades do “Programa”:

- propor aos pescadores a formação de uma entidade representativa;
- propor ao setor industrial, o incentivo aos aposentados a profissionalização na atividade pesqueira. Além de oferecer um plano de doação/financiamento e manutenção de pequenas embarcações e motores;
- propor a prefeitura, a doação ou cedência de uma área para a construção de um ancoradouro para as embarcações e para a estruturação da sede da entidade representativa;
- propor a prefeitura, a licença para a execução da “Feira do Peixe”, atividade semanal onde os pescadores cadastrados no “programa”, venderiam seu pescado, através de arrecadação cooperativa
- propor ao poder público municipal, o incentivo para a criação de um projeto de cultivo de peixes em módulos artificiais, utilizando os pescadores como mão de obra e a Universidade como suporte técnico

No dia 08/09/94, foi convocada uma reunião com os pescadores de Charqueadas, no salão de festas da Capela Santo Antônio. O local foi determinado pelos próprios pescadores. Estiveram presentes nove pescadores e pós-graduandos do curso de ecologia. Nesta ocasião foi apresentada a proposta do “PIPB-J”, onde foram sugeridas alterações por parte dos pescadores. Ficou estabelecido a convocação de uma nova reunião, desta vez organizada pelos próprios pescadores.

A segunda reunião foi realizada no dia 22/9/94 com a presença de desessete pescadores. Nesta ocasião foi definido pelos pescadores a primeira etapa a ser executada, a formação de uma entidade representativa. Foi eleita uma pequena coordenação, para que fossem mantidos os contatos a seguir.

No dia 28/9/94 foi apresentado para o assessor da Secretaria de Indústria e Comércio senhor Scarpacci, a proposta do “PIPB-J”, para que encaminhasse ao Sr. Prefeito. No dia 13/10/94 foi realizado um encontro com o senhor Scarpacci para saber a posicionamento do Prefeito em relação ao “Programa” e suas sugestões. Um abaixo-assinado com 100 assinaturas recolhidas na Vila Santo Antônio em apoio a implantação do “Programa”. Desde o dia 19/10/94 foi solicitado o primeiro encontro entre a Coordenação

nação dos Pescadores de Charqueadas e o Prefeito. Até o final do mandato, não ocorreu este encontro. No dia 25/10/94 foi encaminhado ao Setor de Pesca do IBAMA, a documentação necessária para o pedido de profissionalização de doze pescadores, através da “futura associação”. No dia 20/12/94 foi entregue ao representante dos pescadores, seu Guaraci, uma proposta de estatuto para a formação da entidade representativa, bem como todas as orientações sobre os procedimentos jurídicos. Esta proposta foi avaliada pelos pescadores e refeita. No dia 5/1/95, foi entregue a versão definitiva do estatuto e dada como encerrada a participação do projeto junto aos pescadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FERRARO, L.M.W. *A temperatura do ar em ambientes alterados: aplicação ao conforto térmico em Charqueadas, RS*. Porto Alegre, 1996. Dissertação (Mestrado em Ecologia.) - Instituto de Biociências, Curso de Pós-Graduação em Ecologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p.1.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1987.
- MACEDO, Ricardo Kohn de. *A importância da avaliação ambiental, análise ambiental: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- SELLITZ, Claire et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: Herder, 1967.
- SIMCH, Carlos Alfredo. *Monografia de São Jerônimo*. Edição especial, comemorativa do primeiro centenário da instalação da 1ª Câmara Municipal. São Jerônimo, 1961.
- TAUK, S. M. (Org.). *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: FAPESP, 1991. p.169.